Processo TC 009.819/2015-0 (com 14 peças)
Tomada de contas especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor de Antonio Palmery Melo Neto, prefeito de Cajueiro/AL na gestão 2005-2012, em razão da impugnação total de despesas em decorrência de irregularidades na execução física e financeira do Convênio 693/2008 – Siafi/Siconv 634527, cujo objeto foi incentivar o turismo e valorizar a cultura, por meio do apoio à implementação do projeto intitulado “Arraial Forró do Caju”, com repasse no montante de R\$ 150.000,00.

Regulamente citado por este Tribunal (peças 8 e 9), o responsável não se manifestou, devendo ser considerado revel, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do artigo 12, § 3º, da Lei 8.443/1992.

Ante os elementos dos autos, a Unidade Técnica propõe:

“14.1 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “c”, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas **irregulares** as contas do Sr. Antonio Palmery Melo Neto, CPF 679.612.824-91, prefeito do município de Cajueiro/AL na gestão 2005-2012, e condená-lo, ao pagamento da quantia a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor.

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRENCIA
150.000,00	04/11/2008

14.2 aplicar ao Sr. Antonio Palmery Melo Neto, CPF 679.612.824-91, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

14.3 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judícia 1 da dívida caso não atendida a notificação;

14.4 autorizar, desde logo, caso seja do interesse do Sr. Antonio Palmery Melo Neto, CPF 679.612.824-91, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, incidindo sobre cada uma, corrigida monetariamente, os juros de mora devidos, sem prejuízo de alertá-lo de que, caso opte por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 2º, do RI/TCU; e

14.5 encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

II

Em face do que restou apurado nos autos, este representante do Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposta formulada pela Unidade Técnica à peça 12, p. 4.

Brasília, em 15 de fevereiro de 2017.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador